

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 512.413 - RS (2019/0151582-4)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
RICARDO MARQUES BORBA - RS017316
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : ROBSON DOS SANTOS DA SILVA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de ROBSON DOS SANTOS DA SILVA no qual se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (Agravos em Execução n. 70081161366 – CNJ n. 0088045-09.2019.8.21.7000).

Depreende-se dos autos que o Ministério Público estadual interpôs agravo em execução contra a decisão que concedeu livramento condicional ao paciente (e-STJ fls. 144/148).

A 6ª Câmara Criminal do Tribunal *a quo* deu provimento ao recurso entendendo que o apenado não preenchia o requisito subjetivo para a concessão do referido benefício.

O acórdão recebeu a seguinte ementa (e-STJ fl. 186):

AGRAVO EM EXECUÇÃO. LIVRAMENTO CONDICIONAL
REQUISITOS OBJETIVO E SUBJETIVO INADIMPLIDOS.
DECISÃO DEFERITÓRIA REFORMADA.

Desaconselhável o deferimento de liberdade condicionada para o apenado que registra fuga e três novos delitos no curso executacional demonstrando, portanto, comportamento indisciplinado. Decisão deferitória reformada.

AGRAVO MINISTERIAL PROVIDO. UNÂNIME.

No presente *writ*, a Defensoria Pública afirma que o paciente já preencheu o requisito objetivo para a obtenção do livramento condicional e, quanto ao requisito subjetivo, assevera que "*a nova Lei, conservando o requisito temporal, deixou de mencionar o mérito do condenado como pressuposto para a progressão e não mais*

Superior Tribunal de Justiça

exige parecer da Comissão Técnica de Classificação nem exame criminológico, documentos que foram substituídos por bom comportamento carcerário, comprovado pelo diretor do estabelecimento" (e-STJ fl. 4).

Alega que o *"atestado de bom comportamento carcerário, emitido pelo diretor do estabelecimento penitenciário e avaliações psicossociais favoráveis apresentadas"* são suficientes para comprovar o preenchimento do requisito subjetivo (e-STJ fl. 6).

Acrescenta que *"eventual prática de falta grave não afeta o benefício do livramento condicional, pois tal benefício não guarda relação com o sistema progressivo de pena, logo, eventual reconhecimento da prática de falta grave, com a sanção de regressão de regime não alteram os requisitos do benefício do livramento condicional"* (e-STJ fls. 6/7).

Diante dessas considerações, busca a defesa, liminarmente e no mérito, a cassação do acórdão para *"que seja o livramento condicional deferido ao paciente"* – e-STJ fl. 7/8.

O pedido liminar foi indeferido (e-STJ fls. 202/204).

Foram prestadas as informações (e-STJ fls. 222/258).

O Ministério Público Federal, ao se manifestar, opinou pela denegação da ordem (e-STJ fls. 260/261).

É, em síntese, o relatório.

A questão posta a deslinde refere-se ao requisito subjetivo para a concessão de livramento condicional.

Nos termos do que dispõe o art. 112 da Lei de Execução Penal, o apenado deverá cumprir os requisitos de natureza objetiva (lapso temporal) e subjetiva (atestado de bom comportamento carcerário) para a concessão do benefício do livramento condicional (§ 2º).

Todavia, esta Corte Superior pacificou o entendimento segundo o qual,

Superior Tribunal de Justiça

ainda que haja atestado de boa conduta carcerária, a análise desfavorável do mérito do condenado feita pelo Juízo das execuções ou, mesmo, pelo Tribunal de origem, com base nas peculiaridades do caso concreto, e, levando em consideração fatos ocorridos durante a execução penal, justifica o indeferimento tanto do pleito de progressão de regime prisional quanto do de concessão de livramento condicional pelo inadimplemento do requisito subjetivo.

Nesse sentido, confirmam-se:

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO. EXECUÇÃO PENAL. LIVRAMENTO CONDICIONAL. FALTA GRAVE. VIOLAÇÃO DA SÚMULA N. 441 DO STJ. MANUTENÇÃO DO INDEFERIMENTO DO BENEFÍCIO. NÃO PREENCHIMENTO DO REQUISITO SUBJETIVO. HISTÓRICO CARCERÁRIO CONTURBADO. ORDEM CONCEDIDA APENAS PARA AFASTAR A INTERRUPÇÃO DO LAPSO OBJETIVO DO LIVRAMENTO CONDICIONAL.

[...]

2. No entanto, **o histórico carcerário conturbado do reeducando pode ser utilizado para evidenciar o não preenchimento do requisito previsto no art 83, III, do CP.**

3. **Mesmo afastada a interrupção do lapso objetivo para a concessão do livramento condicional, não há ilegalidade no acórdão recorrido, no ponto em que reconheceu não possuir o paciente mérito para a obtenção de benefício tão amplo, haja vista possuir registro de faltas disciplinares grave e média devidamente consideradas para avaliar o requisito subjetivo.**

4. Ordem concedida para afastar a interrupção prazo para obtenção do livramento condicional (HC 380.048/SP, relator o Ministro Rogério Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe de 22/3/2017, grifei).

[...] EXECUÇÃO PENAL. LIVRAMENTO CONDICIONAL. AUSÊNCIA DO REQUISITO SUBJETIVO. FALTA GRAVE PRATICADA NO DECORRER DO CUMPRIMENTO DA REPRIMENDA. FUNDAMENTO IDÔNEO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO.

1. No tocante ao requisito subjetivo para a obtenção do livramento condicional, de acordo com o artigo 112, § 2º, da Lei de Execução Penal, a sua aferição se dá, em regra, por meio de atestado de bom comportamento carcerário expedido pelo diretor do estabelecimento no qual o condenado cumpre sua sanção privativa de liberdade.

2. **Entretanto, não é vedado ao magistrado o indeferimento do benefício quando, a despeito do reeducando apresentar**

atestado de bom comportamento carcerário, entender não implementado o requisito subjetivo, desde que aponte peculiaridades da situação fática que demonstrem a ausência de mérito do condenado. Precedentes.

3. Na hipótese dos autos, a Corte de origem apontou fato do histórico carcerário do paciente, que, no curso do resgate de sua reprimenda, praticou falta grave consubstanciada na posse de aparelho celular no interior da unidade prisional, circunstância que evidencia a ausência de ilegalidade ou arbitrariedade na revogação do livramento condicional concedido pelo Juízo da Execução Criminal.

4. Habeas corpus não conhecido (HC 371.375/SP, relator o Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 22/3/2017, grifei).

No caso dos autos, o Juízo da Vara de Execuções Criminais da Comarca de Caxias do Sul/RS deferiu o benefício do livramento condicional à base da seguinte fundamentação (e-STJ fls. 250/251):

Compulsando os autos, verifico que o requisito objetivo foi implementado em 31/08/2018. Com relação ao requisito subjetivo, observo que a conduta carcerária é plenamente satisfatória. O fato de o apenado registrar falta grave por fuga e/ou fato novo no curso da execução, por si só, não impede a concessão do benefício. [...]

Ainda que existam, no histórico do apenado, registros de fuga, no ano de 2015, e fatos novos, em dezembro de 2015 e junho de 2017, pondero ser razoável analisar o histórico do apenado com base nos últimos doze meses de execução da pena, sendo esse um recorte adequado para aferição do mérito subjetivo necessário à concessão do benefício.

No caso, observo que o apenado, considerados os últimos 12 meses da execução da pena, não apresenta intercorrências negativas, de modo que considero adimplido o requisito subjetivo.

O Tribunal de origem, ao dar parcial provimento ao recurso do Ministério Público, cassou a decisão de primeiro grau, consignando, para tanto, que (e-STJ fls. 225/226):

Inicialmente, registro que o requisito objetivo se encontra inequívoco nos autos, tendo sido adimplido em 31/08/2018, restringindo a análise do recurso ministerial ao requisito subjetivo.

Venho entendendo desaconselhável o deferimento de liberdade condicionada aos reclusos do regime fechado, na medida em que representa a hipótese de retirada da condição de cumprimento de pena mais severa diretamente para a situação mais favorável possível

Superior Tribunal de Justiça

dentro do sistema, expondo abrupta e, por vezes, temerariamente o indivíduo a grau de liberdade que ainda não se verifica apropriado.

Todavia, este não é o caso dos autos. O ora agravado encontrava-se em regime aberto quando lhe fora concedida a benesse, situação mais adequada para a concessão do livramento condicional.

Feita a observação, avanço às minúcias da espécie.

Com efeito, **o histórico carcerário de Robson, iniciado em 27/11/2014, registra a ocorrência de quatro faltas graves, sendo uma fuga (de 19/03/2015 a 03/06/2018) e três novos delitos no curso da execução (processos nº 010/2.15.0016640-2, nº 010/2.17.0007419-6 e nº 010/2.19.0001106-6, este último em razão da suposta prática de roubo duplamente majorado em 24/01/2019).** Por conseguinte, não há, ainda, certeza de comprometimento suficiente com o curso da execução penal.

[...]

Frente ao apresentado, mostra-se evidente o não preenchimento do requisito subjetivo para concessão do benefício de livramento condicional, que representa a situação mais favorável possível dentro do sistema (grifei).

Da leitura dos trechos do acórdão acima colacionados, verifica-se que o Tribunal de origem logrou fundamentar o indeferimento do pedido de concessão de livramento condicional em razão da ausência do requisito subjetivo, considerando, para tanto, o histórico prisional do paciente, no qual consta que ele praticou 4 (quatro) faltas de natureza grave — a última delas em 24/1/2019 —, o que evidencia a idoneidade da fundamentação utilizada pela Corte *a quo*, não havendo falar, portanto, em existência de flagrante ilegalidade que justifique a concessão da ordem.

Como quer que seja, é firme o posicionamento desta Corte Superior de ser inviável, em *habeas corpus*, desconstituir a conclusão a que chegaram as instâncias ordinárias sobre o não preenchimento do requisito subjetivo, uma vez que tal providência implica o reexame do conjunto fático-probatório, procedimento incompatível com os estreitos limites da via eleita.

A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. LIVRAMENTO CONDICIONAL REVOGADO. FALTA GRAVE. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA.

**AUSÊNCIA DO REQUISITO SUBJETIVO.
IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DE FATOS E PROVAS.**

1. No caso, o Tribunal de origem revogou a benesse do livramento condicional, ante a falta do elemento subjetivo, ao entendimento de que o paciente, no curso da execução, cometera falta disciplinar grave (fuga praticada em 2016), revelando, portanto, um comportamento carcerário não satisfatório que gera demérito para o alcance da benesse pretendida.

2. Desconstituir a conclusão a que chegou a Corte de origem sobre o não preenchimento do requisito subjetivo implicaria o reexame do conjunto fático-probatório dos autos da execução, o que é incompatível com os estreitos limites da via eleita.

3. Agravo regimental a que se nega provimento (AgRg no HC 386.742/RS, de minha relatoria, Sexta Turma, DJe de 4/10/2017, grifei).

**HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO.
NÃO CABIMENTO. PROGRESSÃO DE REGIME.
LIVRAMENTO CONDICIONAL. DECISÃO
FUNDAMENTADA. AUSÊNCIA REQUISITO SUBJETIVO.
CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO.
REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO.
IMPOSSIBILIDADE. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.**

1. Diante da hipótese de habeas corpus substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida, segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Nada impede, contudo, que se verifique a eventual existência de flagrante constrangimento ilegal que autorize a concessão da ordem de ofício.

2. O Tribunal de origem indeferiu fundamentadamente o pedido de progressão de regime e de livramento condicional, por entender que não estava preenchido o requisito subjetivo para obtenção dos benefícios. Na oportunidade, foi destacado o laudo do exame criminológico realizado concluiu pela inaptidão, até o momento, do retorno do paciente ao convívio social .

3. O Superior Tribunal de Justiça possui entendimento reiterado no sentido da impossibilidade de, na via estreita do habeas corpus, desconstituir as conclusões das instâncias ordinárias sobre o não preenchimento de requisito subjetivo necessário à concessão de progressão de regime e livramento condicional, uma vez que tal providência implica no reexame do conjunto fático-probatório.

Habeas corpus não conhecido (HC 376.544/SP, relator o Ministro Joel Ilan Paciornik, Quinta Turma, DJe de 20/2/2017, grifei).

Superior Tribunal de Justiça

Diante do exposto, **denego a ordem**.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator

